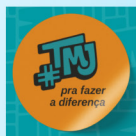


DIREITO.UnB

Revista de Direito da Universidade de Brasília
University of Brasília Law Journal

VOLUME 8 - NÚMERO 1 - Janeiro-Abril - 2024





latindex

Sistema Regional de Información
en línea para Revistas Científicas de América Latina,
el Caribe, España y Portugal

O PAPEL DO ESTADO ENQUANTO AGENTE INTERVENTIVO REGULADOR NO DESENVOLVIMENTO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UMA INVESTIGAÇÃO À LUZ DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO

João Luis Nogueira Matias e Alan Duarte

O "EU DIGITAL": COMPLEXIDADES E DESAFIOS DOS DIREITOS HUMANOS NA SOCIEDADE TECNOLÓGICA Mario Jorge Philocreon de Castro Lima e Hiolanda Silva Rêgo

APLICANDO A ONLINE DISPUTE RESOLUTION PARA PREVENIR E SOLUCIONAR CONFLITOS ENTRE EMPRESAS E CLIENTES: UM ESTUDO DE CASO DO CONSUMIDOR.GOV.BR Marco Antônio Sousa Alves e Otávio Morato de Andrade

TECNOLOGIA E TRABALHO: REFLEXÕES SOBRE TELETRABALHO NA ERA DIGITAL Paulo Rogério Marques de Carvalho, Álisson José Maia Melo e Valdélio de Sousa Muniz

AMBIENTES UNIPESSOAIS DE HIPER-REALIDADE VIRTUAL: VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS EM NOVAS DIMENSÕES Gustavo Rabay Guerra e Carlos Eduardo de Andrade Germano

CRIANÇAS E ADOLESCENTES: DEVERES DE PROTEÇÃO E CUIDADO DOS PAIS E RESPONSÁVEIS NO AMBIENTE DIGITAL Fabiano Hartmann Peixoto, Bárbara Nunes Ferreira Bueno e João Sergio dos Santos Soares Pereira

TELESSAÚDE E MEIO AMBIENTE DIGITAL NO BRASIL Janaina Rigo Santin e Maira Dal Conte Tonial

A (I)LEGALIDADE DO USO DE SISTEMAS DE ARMAS AUTÔNOMOS NO DIREITO INTERNACIONAL Tatiana Cardoso Squeff, Antônio Teixeira Junqueira Neto, Augusto Guimarães Carrijo e Willy Ernandes Costa Batista

ACIDENTES COM VEÍCULOS AUTÔNOMOS NOS EUA: RESPONSABILIDADE CIVIL E POTENCIAIS IMPLICAÇÕES NO BRASIL Rafael Mendonça e Isabelle Ramirez

REGULAÇÃO DAS EXCHANGES DE CRIPTOATIVOS: NOVAS LENTES PARA A INOVAÇÃO E TECNOLOGIAS

Emerson Gabardo e Juliana Horn Machado

TOKENS NÃO FUNGÍVEIS (NFT) E O IMPACTO NO DIREITO AUTORAL: INQUIETAÇÕES JURÍDICAS PARA UMA NOVA FORMA DE FIXAÇÃO DAS OBRAS INTELECTUAIS

José Carlos Vaz e Dias e Simone Menezes Gantois

TECNOLOGIA NO DIREITO E COMPLEXIDADE: IMAGEM, COGNIÇÃO HUMANA E IMPACTOS PROCESSUAIS PARA ALÉM DO JÚRI DA BOATE KISS

Alejandro Knaesel Arrabal, Giselle Marie Krepsky e Thiago Cipriani

O ATENDIMENTO VIRTUAL AOS IDOSOS PRESTADO PELA DEFENSORIA PÚBLICA: SOBRE A EFICÁCIA DOS NOVOS PARADIGMAS MIDIÁTICOS

Darleth Lousan do Nascimento Paixão

TIPOS CONSTITUCIONAIS DE MERCADORIA E SERVIÇOS NA DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL Ana Paula Basso e Matheus Henrique Jerônimo

Direito.UnB. Revista de Direito da Universidade de Brasília.
Programa de Pós-Graduação em Direito – Vol. 8, N. 1 (jan./abr. 2024) –
Brasília, DF: Universidade de Brasília, Faculdade de Direito.

Quadrimestral. 2024.

ISSN 2357-8009 (VERSÃO ONLINE)

ISSN 2318-9908 (VERSÃO IMPRESSA)

Multilíngue (Português/Inglês/Espanhol/Francês)

1. Direito – periódicos. I. Universidade de Brasília,
Faculdade de Direito.

CDU 340

Revista de Direito da Universidade de Brasília
University of Brasilia Law Journal

Revista vinculada ao Programa de Pós-graduação
em Direito da Universidade de Brasília

Janeiro – Abril de 2024, volume 8 , número 1

CORPO EDITORIAL

EDITORA-CHEFE

Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Inez Lopes Matos Carneiro de Farias

EDITORES

Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Daniela Marques de Moraes

Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Evandro Piza Duarte

Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Fabiano Hartmann Peixoto

Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Gabriela Garcia Batista Lima Moraes

Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Janaína Lima Penalva da Silva

Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Marcelo da Costa Pinto Neves

Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Othon de Azevedo Lopes

Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Simone Rodrigues Pinto

CONSELHO CIENTÍFICO

Universität Bielefeld, Alemanha – Ifons Bora

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil – Ana Beatriz Ferreira Rebello Presgrave

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil – Ana Lúcia Sabadell

Universidade de Connecticut, Estados Unidos – Ángel Oquendo

Universidade de Glasgow, Escócia – Emilios Christodoulidis

Universidade Federal de Goiás, Brasil – Francisco Mata Machado Tavares

Universität Flensburg, Alemanha – Hauke Brunkhorst

University of Luxembourg, Luxemburgo – Johan van der Walt

Universidade Agostinho Neto, Angola – José Octávio Serra Van-Dúnem

University of Glasgow, Escócia – Johan van der Walt

Universidade de Helsinque, Finlândia – Kimmo Nuotio

Masayuski Murayama – Universidade Meiji, Japão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil – Leonel Severo Rocha
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil – Maria Leonor Paes Cavalcanti Ferreira
Universidade Meiji, Japão – Masayuski Murayama
Universidade Clássica de Lisboa, Portugal – Miguel Nogueira de Brito
Universidade Federal do Piauí, Brasil – Nelson Juliano Cardoso Matos
Universidade Federal do Pará, Brasil – Paulo Weyl
Universidade Católica de Santos, Brasil – Olavo Bittencourt Neto
Universidad de Los Andes, Colômbia – René Fernando Urueña Hernandez
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil – Thiago Paluma
Universidade Johann Wolfgang Goethe, Alemanha – Thomas Vesting
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil – Valesca Raizer Borges Moschen
Universidade de São Paulo, Brasil – Virgílio Afonso da Silva

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Ida Geovanna Medeiros da Costa

EQUIPE DE REVISÃO

Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Cleomara Elena Nimia Salomoni Moura
Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Ida Geovanna Medeiros da Costa
Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Ingrid Kammyla Santos Bernardo
Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Luciana Luti Pereira da Costa e Silva
Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Marcos Heleno Lopes Oliveira

EQUIPE DE EDITORAÇÃO

Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Cleomara Elena Nimia Salomoni Moura
Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Ida Geovanna Medeiros da Costa
Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Ingrid Kammyla Santos Bernardo
Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Lívia Cristina dos Anjos Barros
Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Luciana Luti Pereira da Costa e Silva
Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Marcos Heleno Lopes Oliveira

DIAGRAMAÇÃO

Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Cleomara Elena Nimia Salomoni Moura

Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Ida Geovanna Medeiros da Costa

Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Inez Lopes

Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Ingrid Kammyla Santos Bernardo

Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Luciana Luti Pereira da Costa e Silva

Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Marcos Heleno Lopes Oliveira

ASSISTENTES

Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Kelly Martins Bezerra

CAPA

Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Inez Lopes

IMAGEM

Master Gerd Altmann por Pixabay. Disponível em: <https://pixabay.com/pt/illustrations/rede-mundial-de-computadores-7104406/> Acesso em: 15 Abr. 2024.

DIREITO.UnB

Revista de Direito da Universidade de Brasília
University of Brasilia Law Journal

V. 08, N. 01

Janeiro – Abril de 2024

SUMÁRIO

NOTA EDITORIAL 15

Inez Lopes

AGRADECIMENTOS 23

Inez Lopes

O PAPEL DO ESTADO ENQUANTO AGENTE INTERVENTIVO
REGULADOR NO DESENVOLVIMENTO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL:
UMA INVESTIGAÇÃO À LUZ DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO 27

João Luis Nogueira Matias
Alan Duarte

O “EU DIGITAL”: COMPLEXIDADES E DESAFIOS DOS DIREITOS
HUMANOS NA SOCIEDADE TECNOLÓGICA 61

Mario Jorge Philocreon de Castro Lima
Hiolanda Silva Rêgo

APLICANDO A ONLINE DISPUTE RESOLUTION PARA PREVENIR
E SOLUCIONAR CONFLITOS ENTRE EMPRESAS E CLIENTES: UM
ESTUDO DE CASO DO CONSUMIDOR.GOV.BR 87

Marco Antônio Sousa Alves
Otávio Morato de Andrade

TECNOLOGIA E TRABALHO: REFLEXÕES SOBRE TELETRABALHO NA
ERA DIGITAL 119

Paulo Rogério Marques de Carvalho
Álison José Maia Melo
Valdélío de Sousa Muniz

AMBIENTES UNIPESSOAIS DE HIPER-REALIDADE VIRTUAL:
VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS EM NOVAS DIMENSÕES 149

Gustavo Rabay Guerra
Carlos Eduardo de Andrade Germano

CRIANÇAS E ADOLESCENTES: DEVERES DE PROTEÇÃO E CUIDADO
DOS PAIS E RESPONSÁVEIS NO AMBIENTE DIGITAL 183

Fabiano Hartmann Peixoto
Bárbara Nunes Ferreira Bueno
João Sergio dos Santos Soares Pereira

TELESSAÚDE E MEIO AMBIENTE DIGITAL NO BRASIL 217
Janaína Rigo Santin
Maira Dal Conte Tonial

A (I)LEGALIDADE DO USO DE SISTEMAS DE ARMAS AUTÔNOMOS
NO DIREITO INTERNACIONAL 241

Tatiana Cardoso Squeff
Antônio Teixeira Junqueira Neto
Augusto Guimarães Carrijo
Willy Ernandes Costa Batista

ACIDENTES COM VEÍCULOS AUTÔNOMOS NOS EUA:
RESPONSABILIDADE CIVIL E POTENCIAIS IMPLICAÇÕES NO BRASIL 277

Rafael Mendonça
Isabelle Ramireza

REGULAÇÃO DAS *EXCHANGES* DE CRIPTOATIVOS: NOVAS LENTES
PARA A INOVAÇÃO E TECNOLOGIAS 309

Emerson Gabardo
Juliana Horn Machado

TOKENS NÃO FUNGÍVEIS (NFT) E O IMPACTO NO DIREITO AUTORAL:
INQUIETAÇÕES JURÍDICAS PARA UMA NOVA FORMA DE FIXAÇÃO
DAS OBRAS INTELECTUAIS 343

José Carlos Vaz e Dias
Simone Menezes Gantois

TECNOLOGIA NO DIREITO E COMPLEXIDADE: IMAGEM, COGNIÇÃO
HUMANA E IMPACTOS PROCESSUAIS PARA ALÉM DO JÚRI DA BOATE
KISS 373

Alejandro Knaesel Arrabal
Giselle Marie Krepsky
Thiago Cipriani

O ATENDIMENTO VIRTUAL AOS IDOSOS PRESTADO PELA DEFENSO-
RIA PÚBLICA: SOBRE A EFICÁCIA DOS NOVOS PARADIGMAS MUDIÁTI-
COS 403

Darleth Lousan do Nascimento Paixão

TIPOS CONSTITUCIONAIS DE MERCADORIA E SERVIÇOS NA
DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 421

Ana Paula Basso
Matheus Henriques Jerônimo



Gostaria de submeter seu trabalho a **Revista Direito.UnB?**

Gostaria de submeter seu trabalho a Revista Direito.UnB?

Visite <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadedireitounb>
e saiba mais sobre as nossas Diretrizes para Autores.



latindex

Sistema Regional de Información
en línea para Revistas Científicas de América Latina,
el Caribe, España y Portugal

NOTA EDITORIAL

É com grande entusiasmo que apresentamos o Número 1 do Volume 8º, de 2024 da **Revista Direito.UnB**, do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (PPGD/UnB), com o dossiê especial sobre *Direito e Tecnologia*. O avanço da tecnologia digital tem transformado profundamente a prática e as discussões jurídicas, exigindo cada vez mais estudos sobre o assunto. Diversas são as questões sociais que devem ser analisadas para além do direito em uma perspectiva multidisciplinar. Questões como privacidade de dados, crimes cibernéticos e regulação de inteligência artificial têm se tornado cada vez mais presentes nos tribunais, na academia e nos escritórios de advocacia. O uso de ferramentas tecnológicas, como inteligência artificial para análise de contratos (*smart contracts*) e sistemas de gestão processual, por exemplo, tem otimizado a eficiência da prestação de serviços jurídicos, ao mesmo tempo em que levanta novos desafios éticos e legais.

Cabe citar dois exemplos dos tribunais brasileiros. No âmbito do Supremo do Tribunal Federal, destacam-se três projetos que utilizam ferramentas de inteligência artificial. O primeiro foi o Projeto Victor, em funcionamento desde 2017 para analisar temas de repercussão geral na triagem de recursos recebidos em todo o país¹; o segundo, o Rafa, ferramenta desenvolvida para integrar a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) ao STF, classificando os processos de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)²; e o terceiro, o Projeto Vitória, aprovado pela Resolução 800/2023, que autoriza a incorporação da ferramenta de Inteligência Artificial (IA) à plataforma STF-Digital, que objetiva agrupar processos por similaridade de temas, para identificação de novas controvérsias³. Assim, a interseção entre direito e tecnologia demanda uma abordagem dinâmica e multidisciplinar para garantir que os princípios fundamentais da justiça e da equidade sejam preservados na era digital.

1 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Projeto Victor avança em pesquisa e desenvolvimento para identificação dos temas de repercussão geral**. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=471331&ori=1>, Acesso em: 25.abr.2024.

2 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. STF realiza seminário sobre Inteligência Artificial nesta segunda-feira (17). Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=505698&ori=1>, Acesso em: 25.abr.2024

3 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ministra Rosa Weber lança robô Vitória para agrupamento e classificação de processos. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=505698&ori=1>, Acesso em: 25.abr.2024.

Esta edição apresenta estudos sobre a interseção entre direito e as tecnologias, de maneira a apresentar discussões sobre as formas com que a digitalização permeia os mais diversos aspectos da sociedade contemporânea. Na Quarta Revolução Industrial, Schwab destaca que a “a tecnologia não é uma força externa, sobre a qual não temos nenhum controle”⁴. A novidade da Quarta Revolução Industrial não se refere apenas a “sistemas e máquinas inteligentes e conectadas”, mas à ruptura com as revoluções anteriores. Segundo Schwab, “um novo capítulo na história da humanidade está sendo moldado pelas tecnologias digitais e suas interações com o mundo físico, biológico e social”.

Em Lessig, o ciberespaço recebe especial atenção. Para o autor, o ciberespaço cria uma nova ameaça à liberdade, não no sentido de que nenhum teórico a tivesse concebido antes, mas no de compreender e controlar esse ambiente da melhor forma. O autor define os códigos como “as instruções incorporadas no *software* ou *hardware* que fazem do ciberespaço o que ele é”. Nesse contexto, esse código é o “ambiente construído” da vida social no ciberespaço; é a “arquitetura do ciberespaço”. A complexidade do ciberespaço (ambiente privado de interesse coletivo de todas as sociedades) exige um olhar sobre sua arquitetura, e que, Lessig, com propriedade, afirma possuir

[...] diferentes arquiteturas, cujo poder regulatório não é tão limitado. Uma quantidade extraordinária de controle pode ser incorporada ao ambiente que as pessoas conhecem lá. Quais dados podem ser coletados, que nível de anonimato é possível, que acesso é concedido, que discurso será ouvido - todas essas são escolhas, não “fatos”. Todas essas são projetadas, não encontradas”⁵.

Partindo das teorias de Stuart Mill, Lessig⁶ destaca o seu trabalho *Sobre Liberdade* publicado em 1859, representando o pensamento liberal e libertário na segunda metade do século XIX, principalmente com relação ao poderoso argumento em prol da liberdade individual e da diversidade de pensamento.

Nesse cenário de transformações profundas, o campo jurídico se depara com desafios e oportunidades sem precedentes. Lessig adverte sobre a necessidade premente de adaptação do sistema legal a essa nova realidade, na qual a tecnologia desempenha um

4 SCHWAB, Klaus. *A Quarta Revolução Industrial*. Edipro, 2019, p. 16.

5 LESSIG, Lawrence. **Code 2.0: Code and other laws of cyberspace**. Nova Iorque: Basic Books, 2006, p.

6 LESSIG, Lawrence. **Code 2.0: Code and other laws of cyberspace**. Nova Iorque: Basic Books, 2006, p. 120.

papel central na configuração de vidas, trabalho e relações sociais. Assim, a exploração das interseções entre Direito e Tecnologia se torna fundamental para compreendermos e navegarmos por essa era de rápidas e profundas transformações.

Nesta edição especial, apresentamos uma coletânea de trabalhos que exploram questões essenciais sobre direito e tecnologias. Cada artigo reflete uma profunda análise realizada por seus autores, proporcionando *insights* valiosos sobre os desafios contemporâneos que enfrentamos em um mundo cada vez mais tecnológico e interconectado.

No primeiro artigo, intitulado ***O Papel do Estado Enquanto Agente Interventivo Regulador no Desenvolvimento de Inteligência Artificial: Uma Investigação à Luz da Análise Econômica do Direito***, os autores, João Luis Nogueira Matias e Alan Duarte, mergulham no complexo cenário da regulação da Inteligência Artificial (IA), destacando a importância do papel do Estado, enquanto agente interventivo-regulador na promoção de um desenvolvimento tecnológico responsável. Com uma abordagem fundamentada na análise econômica do direito, eles exploram os desafios e oportunidades de regular a IA para maximizar seus benefícios sociais e minimizar seus riscos.

O segundo artigo, ***O ‘Eu Digital’: Complexidades e Desafios dos Direitos Humanos na Sociedade Tecnológica***, por Mario Jorge Philocreon de Castro Lima e Hiolanda Silva Rêgo, lança luz sobre a interseção entre direitos humanos e ciberespaço, destacando os desafios enfrentados pelo “eu digital” na era da tecnologia. Os autores, de modo a salvaguardar e prevenir a sociedade contra novas modalidades de exclusão, oferecem uma análise perspicaz das complexidades dessa relação, propondo estratégias para proteger e fortalecer os direitos humanos em um ambiente digital em constante evolução.

A obra ***Aplicando a Online Dispute Resolution para Prevenir e Solucionar Conflitos entre Empresas e Clientes: Um Estudo de Caso do Consumidor.gov.br***, de autoria de Marco Antônio Sousa Alves e Otávio Morato de Andrade, é o terceiro artigo, e propõe um estudo de caso de plataforma online e explora a eficácia da Resolução de Disputas Online (ODR) como um meio alternativo de solução de conflitos entre empresas e consumidores. Utilizando dados da plataforma ‘Consumidor.gov.br’, eles demonstram como a ODR pode desempenhar um papel crucial na desjudicialização de controvérsias, oferecendo uma alternativa eficiente e acessível ao sistema judicial tradicional.

O próximo artigo estuda a ***Tecnologia e Trabalho: Reflexões sobre Teletrabalho na Era Digital***, de Paulo Rogério Marques de Carvalho e Álisson José Maia Melo, com

foco no fenômeno do teletrabalho e suas implicações no panorama trabalhista brasileiro. Ao investigar a distribuição dos custos e benefícios dessa modalidade de trabalho entre empregados e empregadores, os autores destacam os desafios regulatórios enfrentados pelos formuladores de políticas públicas para garantir um ambiente de trabalho justo na sociedade tecnológica e condizente com os princípios do trabalho decente.

O quinto artigo estuda os ***Ambientes Unipessoais de Hiper-Realidade Virtual: Violação de Direitos Humanos em Novas Dimensões***, escrito por Gustavo Rabay Guerra e Carlos Eduardo de Andrade Germano. Os autores exploram um terreno ainda mais complexo: o impacto da hiper-realidade virtual na esfera dos direitos humanos. Além disso, alertam para os perigos decorrentes da criação de ambientes virtuais que reproduzem cenários de violência e atrocidades, destacando a necessidade urgente de regulamentação para mitigar tais riscos.

A seguir, o artigo ***Crianças e Adolescentes: Deveres de Proteção e Cuidado dos Pais e Responsáveis No Ambiente Digital***, de Fabiano Hartmann Peixoto e Bárbara Nunes Ferreira Bueno, aborda uma preocupação essencial: a proteção das crianças e adolescentes em um mundo digital cada vez mais presente em suas vidas. Neste contexto, os autores enfatizam a responsabilidade dos pais e responsáveis na preservação da privacidade e segurança dos jovens, destacando a necessidade de uma abordagem holística que envolva família, sociedade e Estado.

O sétimo artigo trata da ***Telessaúde e Meio Ambiente Digital no Brasil***, por Janaína Rigo Santin e Maira Dal Conte Tonial, e examina o papel da telessaúde na prestação de cuidados médicos em um contexto digital. O equilíbrio entre o direito à saúde e à proteção dos dados é crucial. O aprimoramento da regulação e fiscalização da telemedicina no Brasil é essencial para garantir ambos. Nesta seara, os autores exploram os desafios e oportunidades enfrentados na regulação dessas práticas, ressaltando a importância de garantir a proteção dos dados sensíveis dos pacientes em meio à expansão da telemedicina.

O artigo intitulado ***A (i) legalidade do Uso de Sistemas de Armas Autônomos no Direito Internacional***, escrito por Tatiana Cardoso Squeff, Antônio Teixeira Junqueira Neto, Augusto Guimarães Carrijo e Willy Ernandes Costa Batista, investiga a (i) legalidade do uso de sistemas de armas autônomos à luz do direito internacional dos direitos humanos (como o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos) e do direito internacional humanitário (como o Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra), levantando questões cruciais sobre ética, segurança e responsabilidade. Os autores oferecem uma análise metódica das implicações dessas tecnologias e destacam a

necessidade de regulamentação para proteger os direitos humanos e humanitários.

O trabalho a seguir aborda questões relativas a ***Acidentes com Veículos Autônomos nos EUA: Responsabilidade Civil e Potenciais Implicações no Brasil***, de autoria de Rafael Mendonça e Isabelle Ramirez Santiago Bezerra. Os autores exploram os desafios da responsabilidade civil em casos de acidentes envolvendo veículos autônomos nos Estados Unidos, oferecendo insights valiosos sobre as estratégias jurídicas e respostas judiciais adotadas tanto da *civil law* quanto da *common law*. Sua análise fornece uma visão esclarecedora sobre as complexidades legais desses incidentes e suas implicações globais.

O próximo artigo trata da ***Regulação das Exchanges de Criptoativos: Novas Lentes para a Inovação e Tecnologias***, por Emerson Gabardo e Juliana Horn Machado, onde os autores examinam a necessidade de regulamentação das *exchanges* de criptoativos, destacando os desafios e oportunidades para a inovação e o desenvolvimento tecnológico. Os autores propõem uma abordagem equilibrada que promova a conformidade legal sem sufocar a inovação nesse setor em rápido crescimento.

O estudo sobre ***Tokens Não Fungíveis (NFT) e o Impacto no Direito Autoral: Inquietações Jurídicas para uma Nova Forma de Fixação das Obras Intelectuais***, de autoria de José Carlos Vaz e Dias e Simone Menezes Gantois, exploram o impacto dos *tokens* não fungíveis no direito autoral, analisando os desafios e oportunidades apresentados por essa nova forma de fixação de obras intelectuais. De forma inovadora, os autores oferecem *insights* valiosos para compreender as implicações jurídicas das tecnologias emergentes no campo do direito autoral, principalmente no que tange à “tokenização”.

O décimo-segundo artigo aborda a ***Tecnologia no Direito e Complexidade: Imagem, Cognição Humana e Impactos Processuais para Além do Júri da Boate Kiss***, por Alejandro Knaesel Arrabal, Giselle Marie Krepsky, Thiago Cipriani e Valdélcio de Sousa Muniz e promove uma reflexão profunda sobre o impacto da tecnologia no sistema jurídico, especialmente no contexto do processo judicial. A partir de um estudo de caso emblemático na sociedade brasileira, os autores exploram a complexa interação entre comunicação sensorial, cognição humana e tecnologia, destacando os desafios e oportunidades que surgem nesse novo paradigma.

No artigo intitulado ***O Atendimento Virtual aos Idosos Prestado pela Defensoria Pública: Sobre a Eficácia dos Novos Paradigmas Midiáticos***, escrito por Darleth Lousan do Nascimento Paixão, a autora examina criticamente o atendimento virtual aos idosos

prestado pela Defensoria Pública, questionando a eficácia e os impactos dessa prática sob uma perspectiva fenomenológica-existencial. Sua análise destaca a importância da interação presencial na prestação de assistência jurídica aos idosos vulneráveis, levantando questões importantes sobre o papel da inteligência artificial nesse contexto.

Por fim, o artigo ***Tipos Constitucionais de Mercadoria e Serviços na Doutrina e Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal***, de autoria de Ana Paula Basso e Matheus Henriques Jerônimo, oferece uma análise detalhada da evolução dos tipos constitucionais de mercadoria e serviços na jurisprudência da corte constitucional, destacando as mudanças decorrentes da evolução social e tecnológica. Os autores exploram como a abordagem tipológica se adapta aos novos fenômenos econômicos e tecnológicos do século XXI, proporcionando revelações valiosas sobre a interpretação do direito diante dessas transformações.

Cada artigo nesta coletânea oferece uma contribuição única para o entendimento dos desafios e oportunidades que surgem na interseção entre direito e tecnologia. Esperamos que essas análises inspirem novas reflexões e avanços na adaptação do sistema jurídico às demandas da era digital e incentivem iniciativas que promovam um futuro mais justo e equitativo em nossa sociedade cada vez mais digitalizada, visando um futuro digital mais ético, inclusivo e sustentável.

Boa leitura!

Inez Lopes
Editora-chefe
Revista Direito.UnB



Gostaria de submeter seu trabalho a **Revista Direito.UnB?**
Gostaria de submeter seu trabalho a Revista Direito.UnB?
Visite <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadedireitounb>
e saiba mais sobre as nossas Diretrizes para Autores.